

O GUARANI SEM FRONTEIRAS NA EXPANSÃO DAS FRONTEIRAS SOBRE O GUAIRÁ⁺

Ernelo Schallenberger* - UNIOESTE

Resumo: No período da unificação das coroas ibéricas intensificaram-se as relações comerciais entre os núcleos de povoamento das colônias portuguesa e espanhola no sul da América. Entre Tucumã, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador estabeleceram-se verdadeiras rotas comerciais, seguidamente ameaçadas pela pirataria inglesa. De São Paulo a Assunção consolidou-se um eixo de contatos, que, além da exploração mineral e do comércio dos produtos da terra, tinha como alvo os povos guaranis ou guaranizados como força de trabalho e/ou como peças substitutivas do escravo negro. Fronteira viva, de fricção interétnica e de projeção de interesses expansionistas, o Guairá concentrava um capital humano que para os colonos e bandeirantes representou a construção do seu espaço e da sua identidade nas relações coloniais e para os agentes da conquista uma alteridade que exigiu estratégias específicas de civilização e de cristianização. O estudo funda-se na exploração da documentação, sobretudo, do Arquivo General de Índias (AGI) e quer evidenciar a matriz cultural guarani como um elemento fundante da formação sócio-cultural do Prata.

Palavras-chave: guarani, colonialismo, região, fronteira.

1. INTRODUÇÃO

O grande antropólogo Egon Schaden nos ensinou que “a maioria das populações indígenas encontradas pelos desbravadores quinhentistas em terras da bacia platina falava dialetos do idioma Guarani”.¹ A unidade lingüística lhes conferia uma relativa

unidade cultural o que tem contribuído provavelmente com a sua grande mobilidade social. Além do mais, a inspiração religiosa indispensável à comunicação mística com as divindades e os espíritos protetores, privilégio do índio puro, conferia aos Guarani a perspectiva messiânica da busca da terra sem males.² A cultura guarani teve uma forte tradição arraigada nos costume de visitar seus parentes. Era comum entre eles deslocarem-se para aldeias distantes, onde permaneciam temporariamente para daí migrarem adiante para encontrar a sua gente. O guarani esteve sempre em busca de parentes, o que lhe rendeu muitos contatos, uma numerosa vizinhança e um domínio sobre o ambiente natural. A tradição horticultora, os hábitos alimentares e o modo de viver em aldeias organizadas a partir da casa grande³, ou grandes famílias que representavam unidades de produção, de consumo e de vida religiosa, influenciaram as tribos próximas do que resultou um processo de “guaranização”.

A vasta área da bacia do Prata sofreu este processo de guaranização a partir do assentamento horticultor dos Guarani. A fixação das aldeias não impediu o caráter itinerante do guarani. Acostumados a longas caminhadas, os Guarani tornaram-se, de certa forma, os melhores conhecedores de toda a região⁴ irrigada pela bacia do Prata. Exerceram um certo domínio sobre esta região, decorrente da íntima relação entre o homem e o meio. A apropriação do espaço e a sua integração ao seu modo-de-ser significaram, ao nível do simbólico, a constituição de uma territorialidade guarani, cujas fronteiras⁵ possuíam os limites do espaço circulante trilhado, habitado e visitado pelos seus membros. A territorialidade guarani pode ser entendida, neste sentido, a partir das redes de relações intertribais que se costuraram através da circulação dos membros das tribos na busca dos seus parentes. Não se trata de um território que possa ser definido a partir de sistemas complexos de intervenção humana, como redes de transporte ou aparatos jurídico-institucionais e político-administrativos, mas a partir de um sistema de assentamento humano e de uma rede de relações que teve como auto-referência primeira

o meio circulante natural no qual era possível identificar elementos culturais comuns, encontrados nas aldeias dispersas dos Guaranis ou das tribos guaranizadas.⁶

Era comum que os índios se deslocassem das imediações do rio Paraguai ao litoral Atlântico, atravessando as terras situadas entre os rio Iguaçu e Tibagi. Da mesma forma os registros dão conta dos contatos intertribais destas áreas com as de Viacaza, Tucumán e do Peru. Antigos caminhos, rasgados nas florestas, complementam a vasta rede hidrográfica do Prata e representaram, sem dúvida, as vias de aproximação de culturas diferentes, no universo plural da América pré-ibérica.

A fragmentação da territorialidade guarani resultou, sobretudo, da fixação de outras culturas que ocuparam o espaço estabelecendo fronteira, o que quer dizer, delimitando-o para fins de interesse político e econômico. O assentamento agrícola, através das encomendas, o descimento bandeirante e a apropriação do espaço pela inversão do capital religioso para a fixação dos sítios missioneiros, através da redução dos Guaranis, representaram intervenções que afetaram a representação da territorialidade a partir da acumulação histórica de experiências de contato intertribal e figurações de vivências socioambientais. A conquista e a ocupação colonial fragmentaram a territorialidade guarani, o que significa dizer, romperam a com a unidade que, na diversidade cultural, representava o elemento material central da identidade guarani – espaço de livre circulação e assentamento.

2. AS FRONTEIRAS DESEJADAS – O DESVELAMENTO DO MISTÉRIO

Sucedeu-se à descoberta de Colombo (1492), a serviço dos reis católicos Fernando e Isabel, um período de exploração, marcado pela organização de expedições que vinham aventurar em busca de fortuna ou de status social. A descoberta da América havia gerado conflitos de interesse entre Espanha e Portugal, ainda abaladas pelas guerras da reconquista diante dos mouros. Temendo um conflito de envergadura imprevisível que

poderia afetar a pretensão universalista do catolicismo, o papa Alexandre VI intermediou as discussões, do que resultou o Tratado de Tordesilhas, que estabeleceu uma divisão do mundo entre os reis católicos. Com as expedições exploratórias e a notícia da existência de metais preciosos, sobretudo, a partir da conquista do Império Inca, comandada por Francisco Pizarro, em 1531, acelerou-se a corrida pela acumulação mercantil.

Já em 1516, Juan Diaz de Solis, marinheiro espanhol a serviço dos reis católicos, capitaneou uma viagem exploratória pela região do Rio da Prata. Segundo versão de Harrise⁷, os índios chamavam este rio de “‘Ryo Huruay`, que em castelhano significava rio da Prata, nome tomado do rio Uruguai, que era muito caudaloso, descoberto por Solis, e que entrava no grande rio Paraná”. Da vertente portuguesa, teve significado especial a travessia que a expedição de Aleixo Garcia fez do litoral de Santa Catarina a Potosí, atravessando a região do Guairá, passando pelo Iguaçu e por Assunção.⁸ Não só espanhóis e portugueses passaram a projetar seus interesses em torno do mundo desconhecido da América Meridional, mas, também outros povos europeus, sobretudo, os ingleses. Em 1530, sob a ameaça dos franceses, o rei de Portugal enviou a primeira expedição colonizadora ao Brasil, chefiada por Martim Afonso de Souza, que, em 1532, fundou São Vicente, primeiro núcleo de povoamento do Brasil. Em 1537, expedicionários espanhóis, liderados por Juan de Salazar, aliaram-se com os índios Cario e assentaram o núcleo de povoamento de *Nuestra Señora de la Asunción*, que criou status de vila em 1541, com a constituição de um *cabildo* - espécie da junta administrativa -, por iniciativa de Domingo Martinez de Irala. A partir de 1553, com a projeção para o planalto em busca de novas fontes de abastecimento de mão-de-obra cativa, e de 1554, com a fundação do Colégio de São Paulo de Piratininga, inaugurou-se um duplo movimento de projeção das fronteiras coloniais e de exploração dos sertões: a evangelização e a subjugação da força de trabalho indígena.

O aldeamento dos nativos para a evangelização e para o controle social era tido como a estratégia que permitiria, também, a organização de uma estrutura de base para a redução e a apropriação da força de trabalho. Assim, os colonos poderiam contratar a mão-de-obra indígena domesticada, sob a mediação dos padres. A manutenção de algumas características da organização social, das vivências familiares e das práticas de produção da subsistência poderia minimizar os impactos do aldeamento controlado. A resistência indígena e o cerco tupiniquim (1563-1565) ao núcleo colonial de São Paulo suscitaram posições controversas dos jesuítas, que, em função das dificuldades que tiveram para a expansão do campo missional e da intermediação da mão-de-obra entenderam ser necessária a redução dos nativos ao cativo. *“Não se pode, portanto, esperar nem conseguir nada em toda esta terra na conversão dos gentios, sem virem para cá muitos cristãos, que conformando-se a si e as suas vidas com a vontade de Deus, sujeitem os Índios ao jugo da escravidão e os obriguem a acolher-se à bandeira de Cristo”*.⁹ Esta posição controversa rendeu a regulamentação do cativo indígena, em 1570, mediante guerra justa autorizada pelo rei ou governador. À guerra justa foram tributadas inúmeras razões explicativas que permitiram a exploração e o comércio da mão-de-obra indígena.

Apesar disso, Nóbrega teve clara a visão do campo missional, uma vez que assegurou que no sertão havia índios já brevemente contatados e *“... fazem lá grandes coisas, dizem-nos e requerem-nos, que vamos lá todo e deixemos tudo isto, pela porta, que está aberta aos gentios do mar e do sertão”*.¹⁰

Na perspectiva da expansão do campo missional, a idealização de Nóbrega foi, posteriormente (1611), contraposta pelo governador de São Paulo, Luís de Souza, que ordenou, com o consentimento dos padres da Companhia de Jesus, que os caciques das aldeias próximas fossem buscar, as suas expensas, os parentes que tivessem no sertão do Guairá, com o objetivo de ajudar a lavrar as minas pertencentes aos portugueses.¹¹

Houve, desta forma, uma certa liberação para o arrebatamento da tão cobiçada mão-de-obra dos Guarani e das populações guaranizadas. Aldeados, os índios eram contratados pelos colonos e apresados, eram vendidos para as empresas de exploração mercantil.

No Guairá, fronteira de um manancial de mão-de-obra desejável, já presentes, os padres da Companhia não detinham poder suficiente para fazer frente a esta situação, ao que os caciques do Guairá se rebelaram. O Guairá passou a ser uma fronteira em disputa e o território Guarani foi desintegrado pela dispersão, conforme extrato de testemunho da época: *“900 almas levaram consigo os caciques; 300 se escaparam e 250 foram-se à vila de São Paulo, induzidas por um feiticeiro”*.¹²

3. UM OLHAR POLÍTICO-ADMINISTRATIVO

O auge da desintegração do território simbólico dos Guarani deu-se no período da unificação das coroas da Espanha e de Portugal, de 1580-1640. Neste período, conhecido como filipino, estabeleceram-se as bases administrativas e os mecanismos da conquista, pela fixação da colonização e pela ação missionária. No campo administrativo foi instituído o Conselho das Índias, que teve como ofício indicar ao rei pessoas para ocupar funções civis e eclesiásticas, a Junta de Guerra de Índias, para cuidar da conquista e da defesa, a Casa de Contratação encarregada das relações comerciais, da navegação e do tráfico de homens e a Audiência, que administrava a justiça. No universo das colônias foram criados os vice-reinados, que tinham como função a representação administrativa e jurídica local da coroa. No Brasil a base administrativa foi mantida, embora o primeiro vice-governador, Jorge Mascarenhas, tenha sido nomeado tão somente em 1640.

Em 1573, Felipe II havia expedido um conjunto de ordens que tratavam da descoberta e das formas de conquista e ocupação dos territórios. Na ordem nº 14 dispôs que: *“Logo que os descobridores cheguem às províncias e terras que descobrirem,*

juntamente com os oficiais, ponham nome a terra, a cada província em particular, às florestas e rios principais que houver; aos povoados e cidades que tiver na terra ou que sejam fundados”.

Em seguida ordenou que levassem alguns índios para intérpretes para os lugares que fossem, dando-lhes bom tratamento. E por meio destes intérpretes ou como melhor puderem, falassem com os da terra:

... procurando entender las costumbres, calidades y manera de vivir de la gente de la tierra y comarcas: informándose de la religión que tienen ídolos que adoran; con qué sacrificios y manera de culto; si hay entre ellos alguna doctrina y genero de letras: como se rigen y gobiernan, si tienen reyes, y si estos son por elección o derecho de sangre, o si gobiernan por republica o por linajes; qué renta o tributos dan y pagan o de qué manera y a qué personas; y que cosas son las que ellos mas precian; qué son las que hay en la tierra y cuales traen de otras partes que ellos tengan en estimación: si en la tierra hay metales y de qué calidad (...).¹³

A preocupação em torno da existência de víveres na terra que fossem próprios para acolher os colonizadores e prover mantimentos para as viagens exploratórias esteve presente nas ordens. As ordenações de Felipe II deixam transparecer uma centrada política de integração das populações indígenas aos propósitos da colonização.¹⁴ Com este intuito foram fundados os primeiros povoados espanhóis no Guairá: Ontiveros (1554), Ciudad Real (1556/1557) e Vila Rica Del Espíritu Santo (1570). O poder local corroborou esta política através do governador do Paraguai Hernandarias de Saavedra, cujos mandatos foram de 1601-1609 e de 1614-1618. Para a fixação da colonização e a ocupação da fronteira aberta do Guairá, Hernandarias, filho da terra, entendeu que se deveria promover a miscigenação e a evangelização para integrar a grande nação guarani como súdita da Espanha.¹⁵ A conversão deste ideário resultou num intenso processo de miscigenação, de deslocamentos sociais e culturais e de fragmentação da territorialidade guarani, de modo especial na fronteira do Guairá onde os dois colonialismos - luso e espanhol – se encontraram.

No intervalo dos mandatos de Hernandarias, sob o governo de Diego Marin Negrón (1609-1613), foram denunciados os abusos que os portugueses cometiam no Guairá, onde os padres da Companhia de Jesus haviam iniciado a fundação de povoados.¹⁶ A omissão de Negrón e a permissividade do governo Luiz Céspedes e Xeria (1625-1631), intensificaram as pressões sobre o Guairá, notadamente sobre o guarani reduzido ou não, estabelecendo-se um verdadeiro comércio humano.¹⁷ A antiga província do Guairá, fronteira viva de disputa de interesses coloniais, de integração e de subjugação de força de trabalho e de miscigenação, foi, também, espaço experimental de construção de uma utopia social-cristã, materializada na territorialidade Guarani do Prata.

⁺ O artigo resulta do Projeto de Pesquisa: *Guairá – construção histórica e identidade de uma região missioneira*, apoiado pela Fundação Araucária.

^{*} Doutor em História; Prof. do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio e do CCHS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Fronteiras e Desenvolvimento Regional – UNIOESTE e membro do Grupo de Pesquisa Referências Agrárias - UFF.

¹ SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. 3 ed, São Paulo: EPU/EDUSP, p. 1.

² Idem, p. 23.

³ Idem. Ver descrição em p.26.

⁴ Região é entendida como uma descontinuidade decisória em função da existência, em determinado ambiente natural, de elementos culturais que referenciam uma certa identidade que permite caracterizar um certo grupo, povo ou nação em suas especificidades (modo-de-ser) em relações aos outros.

⁵ A fronteira, para Bourdieu, nunca é mais do que um produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na “realidade”, segundo os elementos que ela reúne, tenham entre si semelhanças mais ou menos fortes. BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998, p. 114.

⁶ A discussão do conceito de territorialidade recorre, em parte a: BOISIER, Sérgio. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: BECKER, Denizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira. *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, pp. 152-185, p.159.

⁷ HARRISE, Henri. *John Cabot, the discoverer of North América, and Sebastian his son*. Londres, 1896, p. 433

⁸ CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951, p. 67.

⁹ ANCHIETA, J. Carta a Loyola, 3/155. In: LEITE, Serafim (org.). *Monumenta Brasiliae*. Roma: ARSI, 1956-60, Apud: MONTEIRO, J.M. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 41.

¹⁰ NÓBREGA, Manuel da. Carta a Simão Rodrigues... In: SCAHLENBERGER, Erneldo. *A integração do Prata no sistema colonial – colonialismo interno e Missões Jesuíticas do Guairá*. Toledo: EdT, 1997, p.103.

¹¹ AGI (74) 6:21.

¹² Carta de Bartolomé de Torales al gobernador del Río de la Plata Diego Marín Negrón... AGI – Estante 74; Cajón 6; Legajo 21.

¹³ Felipe II: Ordenanzas de Descubrimiento, Población y Pacificación de las Indias – Bosque de Segovia, 13 julio de 1573. In: ESPANHA. *Recopilación de leyes de los reynos de las Indias*, II. Recopilado por Diego de Encinas, Madrid: Real Consejo de Indias, 160, pp. 80-93.

¹⁴ Idem.

¹⁵ MOLINA, Raúl A. *Hernandarias: el hijo de la tierra*. Buenos Aires: Lancestremere, 1948.

¹⁶ AÑASCO, Antônio de. Carta al gobernador de Buenos Aires, Diego Marin Negrón, 14 noviembre de 1611; Carta del Cabildo de Ciudad Real al gobernador de Buenos Aires Diego Marin Negrón, 20 de diciembre de 1612. In: AGI, Estante 74, Cajón 6, Legajo 21.

¹⁷ Carta del gobernador de Paraguai don Luís de Céspedes Xeria a su Majestad. AGI, Estante 74, Cajón, 4, Legajo 15.